

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIA HELENA PEREIRA DO AMARAL

**O ADOECIMENTO MENTAL DOS PROFESSORES DE ENSINO MÉDIO DA
REDE PÚBLICA**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

MARIA HELENA PEREIRA DO AMARAL

**O ADOECIMENTO MENTAL DOS PROFESSORES DE ENSINO MÉDIO DA
REDE PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso –
Artigo Científico, apresentado à
Coordenação do Curso de Graduação em
Psicologia do Centro Universitário Dr.
Leão Sampaio, em cumprimento às
exigências para a obtenção do grau de
Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Indira Feitosa
Siebra de Holanda

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

MARIA HELENA PEREIRA DO AMARAL

**O ADOECIMENTO MENTAL DOS PROFESSORES DE ENSINO MÉDIO DA
REDE PÚBLICA**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 08/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: PROF. ME. INDIRA FEITOSA SIEBRA DE HOLANDA

Membro: PROF. DR. JOAQUIM IARLEY BRITO ROQUE/ UNILEÃO

Membro: PROF. ESP. CICERA JAQUELINE SOBREIRA ANDRIOLA

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

O ADOECIMENTO MENTAL DOS PROFESSORES DE ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA

Maria Helena Pereira do Amaral¹

Indira Feitosa Siebra de Holanda²

RESUMO

Na formação de cada profissional tem a participação do professor, desde a educação básica até a universidade, porém, excesso de atribuições tem trazido adoecimento. Este trabalho busca compreender como a psicologia reflete sobre o adoecimento mental dos professores de ensino médio da rede pública. Inicialmente descreve as condições de trabalho dos professores, em seguida averigua como os desafios do “Novo Ensino Médio” são vivenciados pelos professores e por fim procura conhecer quais fatores têm contribuído para o adoecimento mental dos professores e como psicologia tem atuado. A metodologia consiste em um levantamento bibliográfico, descritivo e de cunho qualitativo, com investigação realizada na base *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, PEPSIC, BVS, todos em língua portuguesa, no período de 2022 e 2023. Entre os achados da pesquisa estão evidenciados que mudanças no contexto social e educacional, fragmentação do trabalho, exigências e cobranças pedagógicas acima da capacidade resolutive têm impactado emocionalmente e fisicamente esse profissional. Torna-se imprescindível que esse tema seja aprofundado, a fim de que possa haver reflexões acerca das problemáticas que envolvem o fazer docente do ensino médio e soluções sejam tomadas, trazendo melhoras para o professor.

Palavras-chave: Adoecimento mental. Professores. Ensino médio.

ABSTRACT

In the formation of every professional, the teacher plays a crucial role, from basic education to university; however, an excess of responsibilities has led to the teachers' illness. This work seeks to understand how psychology reflects on the mental health issues of high school teachers in the public education system. Initially, it describes the working conditions of teachers, then investigates how the challenges of the "New High School" are experienced by teachers, and finally, it seeks to understand the factors contributing to teachers' mental illness and the role of psychology in addressing this issue. The methodology involves a bibliographical, descriptive, and qualitative survey, with research conducted on the Scientific Electronic Library Online - SciELO, PEPSIC, BVS, all in portuguese, covering the period from 2022 to 2023. Among the research findings, it is evident that changes in the social and educational context, work fragmentation, and pedagogical demands exceeding resolute capacity have emotionally and physically impacted these professionals. It is essential for this topic to be further explored so that reflections on the issues surrounding high school teaching can take place, and solutions can be implemented, bringing improvements for teachers.

Keywords: Mental illness. Teachers. High school.

¹ Graduanda em Psicologia pela UNILEÃO. E-mail: helenapamaral@gmail.com

² Docente do curso de Psicologia da UNILEÃO. E-mail: indira@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A formação de cada profissional contém e envolve o professor, desde a educação básica até a academia. É o professor o organizador do meio social educativo, das relações sociais que se desenvolvem na escola; é ainda quem conduz o processo educativo com bases científicas, além de estar profundamente inserido na organização institucional, planejada e estruturada de ações escolares. O professor também se insere na sociedade, em busca de condições essenciais para a gênese da personalidade humana consciente de seus alunos (Teixeira; Barca, 2019).

A Lei n. 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – estabelece uma série de obrigações dos docentes além de ministrar aulas, como participar da elaboração da proposta pedagógica, elaborar e cumprir um plano de trabalho, como zelar pela aprendizagem dos alunos, estabelecendo estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento e colaborar com a articulação da escola com as famílias e a comunidade. Nota-se que o professor, além de lecionar, é sobrecarregado com diversas outras atribuições.

Para Moreira e Rodrigues (2018) as escolas favorecem para o adoecimento de seus trabalhadores, sobretudo os professores, e, com certeza, não estão cumprindo plenamente o seu papel de formação. Professores se afastam do trabalho devido a um círculo vicioso de frustrações.

De acordo com Cruz e Lemos (2005) as condições de saúde e trabalho dos docentes têm despertado o interesse de psicólogos, sociólogos, epidemiologistas, ergonomistas e demais profissionais da saúde, revelando a preocupação com as condições do exercício profissional dos professores, tendo em vista o aumento de problemas de saúde manifestados nos últimos vinte anos.

Para Freitas (2006) essa sistemática pode sobrecarregar física e mentalmente o docente, na medida em que outras variáveis – pessoais, sociais e tecnológicas – também estão vigorando, influenciando diretamente na saúde mental desse profissional. Vale destacar que muitos discentes têm enfrentado diversas formas de adoecimento em razão da rotina estressante do ambiente escolar, destacando-se, dentre elas, o sofrimento psíquico.

Levando-se em conta que o professor do nível básico de ensino possui papel significativo para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social de crianças e

adolescentes, o adoecer dele traz consequências não somente para si, mas para a sociedade como um todo (Nascimento; Seixas, 2020).

A saúde desses trabalhadores de educação tem motivado estudos de distintas áreas do conhecimento, tal fato ressalta a importância de pesquisar acerca da temática, buscando suscitar novas investigações.

A relevância dessa investigação para essa autora reside no fato de ser, também, profissional da educação básica de instituição pública, convivendo há anos com os desafios da sala de aula e do sistema educacional como um todo.

Ressalte-se ainda que há nessa pesquisa, uma importância social, já que possibilitará reflexão sobre o adoecimento mental da classe docente. Academicamente, o presente trabalho se justifica devido ao intuito de trazer um referencial bibliográfico para a comunidade, contribuindo na assimilação de novos conhecimentos e análises para aqueles que têm interesse pelo assunto, seja estudante, profissional da área da psicologia ou profissional da educação.

O presente trabalho tem como objeto de estudo os professores do ensino médio da rede pública, uma categoria profissional que se depara constantemente com inúmeros desafios e necessidade de se reinventar a cada dia. A temática deste estudo, o adoecimento mental dos professores do ensino médio da rede pública se propõe a buscar compreender e responder à seguinte pergunta de partida: como a psicologia reflete sobre o adoecimento mental dos professores de ensino médio da rede pública?

Com a intenção de responder tal indagação, objetivo geral desta pesquisa, traz como objetivos específicos descrever as condições de trabalho dos professores de ensino médio da rede pública, compreender como os desafios do “Novo Ensino Médio” são vivenciados pelos professores da rede pública e conhecer quais fatores tem contribuído para o adoecimento mental dos professores de ensino médio da rede pública e como a psicologia tem atuado.

O desenvolvimento deste trabalho está dividido em três etapas: inicialmente, procurou-se discorrer sobre o ensino médio, evidenciando as transformações que ocorreram e como os professores estão vivenciando as mudanças do Novo Ensino Médio; em seguida discute-se a temática docência, assim como condições de trabalho as consequências desse contexto; por último, conhecer os principais fatores que corroboram para o adoecimento dos professores e como a psicologia atua no sentido de acolher e amenizar tal sofrimento.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, foi realizada a busca de artigos, teses e livros, utilizando as bases de dados do Google Acadêmico, SCIELO (Scientific electronic Library Online), PEPSIC (Periódicos eletrônicos em Psicologia), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), todos em língua portuguesa, utilizando as palavras-chaves: *adoecimento mental*, *professores* e *ensino médio*.

Este trabalho possui caráter descritivo e exploratório, uma vez que abrange, além do objetivo geral, os objetivos específicos, discorrendo acerca do adoecimento mental dos professores de ensino médio da rede pública.

O caráter descritivo desta pesquisa se dá com a intenção de conhecer mais a fundo o assunto, as características do objeto de estudo, valores e problemas; a metodologia exploratória possibilita aumentar o conhecimento do pesquisador sobre os fatos, permitindo a formulação mais precisa de problemas, hipóteses e realizar novas pesquisas, melhores estruturadas (Oliveira, 2011).

Este estudo utiliza também a abordagem qualitativa. Ludke e André (2013) afirmam que, no método qualitativo, o foco está muito mais no processo, sendo o pesquisador o principal instrumento na coleta, análise e interpretação dos dados encontrados e, também, conforme Gil (2017), os resultados na pesquisa qualitativa ocorrem por meio de descrições verbais.

Conforme a fonte de informação, trata-se de um levantamento bibliográfico. Segundo Lakatos (2022), o levantamento bibliográfico não trata de mera repetição do que já foi dito ou escrito, visto que possibilita o exame de um tema sob novo enfoque, chegando a conclusões inovadoras. Refere-se de um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados sobre o tema. Corroborando com essa afirmação, Severino (2016) ressalta que esse método de pesquisa se utiliza de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados, tornando-se o presente estudo fonte de novos trabalhos a serem realizados.

De maneira específica, tem-se uma revisão narrativa, a qual, segundo Rother (2007), utiliza-se de fontes bibliográficas impressas e digitais com intuito de promover análises interpretativas e baseadas no senso crítico do autor.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 ENSINO MÉDIO

Compreende-se como ensino médio a etapa final da educação básica, que engloba também a educação infantil e o ensino fundamental. É papel da educação básica a garantia da formação comum indispensável para o exercício da cidadania, a todos os brasileiros, e fornecimento dos meios para a progressão no trabalho e nos estudos posteriores (Queiroz *et.al.*, 2008).

O ensino médio foi instituído no Brasil pelos padres jesuítas, mas com a expulsão destes, a educação que antes era de interesse da igreja católica passou ao interesse político através das aulas régias. Assim como no período jesuítico, apresentavam caráter seletivo e elitista, aja vista que seu principal objetivo sempre foi preparação da classe mais abastada para o ingresso no ensino superior fora do país ou nos cursos superiores que estavam sendo formados, no início do século XIX (Queiroz *et. al.*, 2008).

O Ministério da Educação foi criado em 1930 no governo de Getúlio Vargas e instituiu a organização da Lei Orgânica do Ensino Secundário em vigor até 1971, com o ginásio e o colegial. De acordo com (Queiroz *et. al.*, 2008) a partir de 1971 a estrutura do ensino foi alterada, o ginásio e o primário foram unificados, dando origem ao primeiro grau e que antes era denominado colegial transformou-se em segundo grau e com qualificação profissional em nível técnico ou auxiliar técnico (Queiroz *et. al.* 2008). Acerca dessas mudanças, Santos (2010) afirma que:

A Lei n. 5692/71 fixou, nesse período, as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, em âmbito nacional. Ela apresentava dois pontos fundamentais: em atendimento à Constituição de 1967, indicava a escolaridade obrigatória dos 7 aos 14 anos, mas vinculava essa obrigatoriedade ao ensino de 1º grau (8 anos), constituído na junção dos antigos primário e ginásio; e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2º grau. (Santos, 2010, p.11).

Na década de 1980, a Nova Constituição do país foi promulgada em outubro de 1988, apresentando inúmeras inovações. Em meio as novidades está o artigo 205, o qual diz ser objetivo da educação o desenvolvimento da pessoa, prepará-la para exercer a cidadania e para o trabalho. A Constituição de 1988 também estabeleceu que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a participação da sociedade (Santos, 2010).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em dezembro de 1996, traz mais mudanças na estrutura do ensino, dividindo-o em ensino básico (antiga pré-escola), fundamental (1ª a 8ª séries), médio (antigo segundo grau), profissionalizante e superior, assim como criando os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (Santos, 2010).

De acordo com Alves, Silva e Jucá (2022), em 1999 foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, organizados em partes contendo suas bases legais e as áreas de conhecimento, enfocando as competências e habilidades que deveriam ser desenvolvidas em cada uma delas. Em 2002 o Ministério da Educação lançou orientações que complementavam os PCNEM (Alves; Silva; Jucá, 2022).

Esse breve percurso histórico demonstra que o ensino médio brasileiro sofreu mudanças a depender do contexto de cada período, sendo justificadas por situações econômicas, sociais ou políticas em que se encontrava o país. Acerca dessas mudanças Alves, Silva e Jucá (2022) declaram que compreender as reformas do ensino médio ao longo da história brasileira exige que sejam também esclarecidas as intencionalidades, os interesses e as visões de mundo próprias das diferentes posições de classe.

Se no início a meta do ensino médio foi a formação a fim de preparar para o ensino superior, aos poucos foi ganhando destaque a preparação para o mundo do trabalho, sempre evidenciando implicitamente a diferenciação de educação para as elites sociais e educação para os filhos dos trabalhadores (Alves; Silva; Jucá, 2022).

3.1.1 Novo Ensino Médio (NEM) e seus desafios

O ano de 2022 chega às escolas de ensino médio brasileiras, públicas e privadas, como desafiador em razão das mudanças trazidas pela implantação do Novo Ensino Médio – NEM. As mudanças no ensino médio foram justificadas pelo fato de que, entre as etapas de ensino, o ensino médio é aquele que apresenta as maiores taxas de abandono, reprovação e distorção idade-série (Barbosa; Neto, 2023).

Francisco, Uggioni e Madeira (2023) dizem que o NEM é uma tentativa para que esses problemas sejam superados. Para tanto foi proposto a ampliação na carga horária, mudança na organização do currículo, com a Formação Geral Básica, organizada em áreas de conhecimento, e os Itinerários Formativos, parte flexível do currículo.

Através dos Itinerários Formativos o estudante pode escolher qual percurso seguir, de acordo com seus interesses e aptidões, buscando, assim, maior envolvimento com a escola e diminuição dos casos de evasão escolar (Francisco; Uggioni; Madeira, 2023).

O NEM é resultado da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – por meio da Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, trazendo como ponto importante o atendimento às necessidades e expectativas dos jovens através da escolha dos itinerários formativos aos quais deseja aprofundar seus conhecimentos (Barbosa, Neto, 2023).

É um novo modelo de aprendizagem por áreas e desenvolvimento de competências e habilidades, que oportunizará aos jovens adentrar no mercado de trabalho, ou seguir com os estudos nível superior (Barbosa; Neto, 2023).

É importante salientar que na sociedade brasileira há defensores e opositores ao novo sistema de ensino. Para Cássio e Goulart (2022) o NEM deixa mais evidente a fragmentação do ensino, pois superficializa a formação escolar, intensifica o trabalho docente, barateia a qualificação profissional dos jovens, dificulta o acesso ao ensino superior público e estabelece estruturas articuladas de privatização da educação.

Barbosa e Neto (2023) dizem que os novos referenciais metodológicos, habilidades e práticas facilitadoras da aprendizagem, irão contribuir para dinamizar e enriquecer o trabalho dos professores, trazendo uma formação intelectual e espiritual para os educandos.

Em meio às discussões acerca das mudanças do ensino brasileiro, está o professor.

Ser professor na Educação Básica brasileira significa ser testado a todo instante, adaptar-se a contínuas modificações nas diretrizes educacionais, à precária formação inicial e continuada, e às cobranças por melhoria dos indicadores educacionais (Giordano, 2023). Além disso, a pandemia de COVID-19 causou efeitos também na educação, onde é notória a defasagem de aprendizagem e o fraco engajamento dos alunos. O professor do ensino médio vivencia as dificuldades/desafios da implantação nas escolas do Novo Ensino Médio.

Sobre essas mudanças, Tonieto *et.al.* (2023) consideram que acontecem à revelia dos protagonistas, os professores, cabendo a eles apenas reagir às mudanças. Segundo o autor, a ausência de tais sujeitos para pensar a própria realidade escolar demonstra como a lógica mercantil se apoderou das reformas curriculares, sendo as decisões tomadas e

regulamentadas externamente e, somente após, negociada internamente na escola, ficando o protagonismo da mudança para os grupos governamentais e os empresários da educação.

Corroborando com as afirmativas de Tonieto *et.al.* (2023) sobre as decisões externas, Giordano (2023), professor do ensino médio no estado de São Paulo, relata que presenciou, tanto em 2022, quanto em 2023, na hora da escolha dos itinerários formativos – IF, estudantes que não conheciam e sequer recordavam a escolha feita, demonstrando assim total desconhecimento desse processo de mudanças.

Do lado dos professores a situação não era muito melhor: com a redução do número de aulas de sua própria disciplina, eram obrigados a ministrar aulas de IF cuja natureza não compreendiam bem, ou mudar de horário, ou até mesmo de unidade escolar, para completar a sua jornada de trabalho (Giordano, 2023).

A reforma no ensino médio se efetua sem debate sobre a carreira e condições do trabalho docente, ou seja, a preocupação está centrada na transformação do currículo, sem considerar a estrutura e o funcionamento do trabalho docente à qual é necessária e fundamental para que o processo aconteça, esquece-se ou invisibiliza o sujeito que está atuando em sala de aula. Tonieto *et.al.* (2023) afirma que não há melhorias nos processos formativos sem as condições adequadas de trabalho e remuneração justa para os professores, no entanto, ignora-se tal dimensão profissional.

A implementação do Novo Ensino Médio, alinhado à Base Nacional Comum Curricular – BNCC, cuja estrutura traz dez competências gerais que devem envolver todos os processos de ensino na educação básica nas quatro áreas de conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e suas tecnologias), inova com as competências socioemocionais. Em outras palavras, a maneira como cada indivíduo constrói e gere suas emoções. Esses elementos transformadores destacam a importância de compreender os espaços de aprendizagem para além da construção do conteúdo formal disciplinar (Lima, 2023).

Pensar em competências socioemocionais dentro do NEM é observar que, se a finalidade é desenvolver de maneira satisfatória, há de atentar para o professor. Segundo Nascimento (2022), o desenrolar desse processo passa pela atenção às habilidades socioemocionais dos próprios professores, que, comumente, possuem uma carga de trabalho excessiva, onde se exige grande esforço físico e intelectual para o desempenho de suas diversas funções.

O ensinar envolve gerir emoções em sala de aula, o que, muitas vezes, é difícil. A rotina estressante a que os docentes são submetidos resulta nas altas taxas de professores que têm deixado a profissão. Nos EUA, cerca de 30% a 50% dos professores deixam a profissão nos primeiros cinco anos. Os altos níveis encontrados nessa evasão de profissionais podem estar relacionados a questões de natureza emocional (Nascimento, 2022).

4 A DOCÊNCIA

O gênero humano, no decorrer do seu processo de desenvolvimento, tem produzido, através do trabalho, novas configurações de integração com a natureza e novos conhecimentos (Tostes *et. al.*, 2018), contudo, é necessário que as gerações descendentes se apropriem do que já foi conquistado para estruturar outros meios de produção e de outras experiências.

Essa transmissão de geração a geração é de fundamental importância para o desenvolvimento da humanidade. Ao longo da história, essa transferência de habilidades ocorreu de diversas formas, até que fosse consolidada a escola, sendo o professor o principal responsável por repassar o conhecimento adquirido por outras gerações (Tostes *et. al.*, 2018).

Presume-se que os modelos de educação organizada “intencionada” seja uma prática milenar desde o Egito, onde as crianças aprendiam a ler a partir dos seis anos (Farias *et.al.*, 2014), passando pela Atena de Platão, o qual criou a academia para ser um lugar de reflexão livre, em jardins (Farias *et.al.*, 2014). Em todos os momentos da história já havia a presença de alguém que mediava o processo de aprendizagem.

De acordo com Santos (2001), a educação do homem como membro de uma cultura teve origem na Grécia, a *Paidéia* (formação), associada à *Arete* (virtude), sendo os primeiros professores da história da educação os sofistas, que se ocupavam com o ensino das técnicas ou da arte de ser cidadão. Os sofistas instruíam a quem pudesse pagá-los, sendo essa a maior crítica que sofriam; também não estavam preocupados com verdade, justiça, e nem virtudes, ensinavam sobre existência, ideias, leis (Costa; Silva, 2019).

Nas tribos primitivas, os ensinamentos para as futuras gerações eram repassados pelos anciões, cuja figura pairava certo misticismo. Nesse sentido, a imagem do professor emerge de uma situação sociocultural para preparar os novos participantes de

inúmeros agrupamentos sociais, seguindo a dinâmica das transformações que virão ocorrer nas diversas sociedades organizadas (Costa; Silva, 2019).

A esse orientador era atribuída tarefa de mudanças nas diversas organizações, em companhia dos mestres, nas escolas conventuais e catedrais, ou juntos aos religiosos e colégios jesuítas.

A profissão docente no Brasil tem seu início no período da colonização com os jesuítas. Se, no decorrer da história, foi uma profissão socialmente valorizada, na atualidade e no contexto nacional há muita exigência e pouco apoio (Nascimento; Seixas, 2020). Ratificando a afirmativa acima, Benevides e Pereira (2012) dizem que o professor se tornou um profissional carente de um olhar atento para as suas necessidades, tanto no campo de trabalho, quanto em relação à própria saúde.

É também uma profissão sobre a qual tem se depositado muitas expectativas e demandas. Uma atividade que outrora era considerada ocupação nobre, foi deixando de ser valorizada socialmente, trazendo implicações tanto para o educador quanto para o educando (Nascimento; Seixas, 2020).

Essa função do docente passou a ser determinante para que a sociedade se desenvolvesse. Tal importância, porém, não foi suficiente, pois gradativamente o seu trabalho fragilizou-se em razão das mudanças econômicas e do trabalho. Corroborando com esse pensamento, Tostes *et. al.* (*ibidem*) afirmam que essa nova ordem econômica e social “redireciona a escola para ajustar-se a essa realidade, em um processo educativo para a formação de um trabalhador flexível, polivalente e competitivo” (Tostes *et. al.*, 2018).

4.1 DESAFIOS DA FUNÇÃO DOCENTE

Apesar de tamanha importância, mudanças no contexto social, fragmentação do trabalho, exigências e cobranças pedagógicas acima da sua capacidade resolutive, além de outros fatores, têm afetado emocionalmente e fisicamente o professor. Diehl e Marin (2016) relatam que a profissão docente é considerada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das mais estressantes, pois ensinar se tornou uma atividade desgastante, com repercussões evidentes na saúde física, mental e no desempenho profissional.

Desgastes osteomusculares e transtornos mentais, como apatia, estresse, desesperança e desânimo, são formas de adoecimento que têm sido identificadas em professores (Barros *et. al.*, 2007 *apud* Diehl; Marim, 2016).

Cobranças por resultados, salas de aula superlotadas, indisciplina de alunos, falta de valorização, são as principais causas que levam ao sofrimento psíquico e afetam a saúde mental desses profissionais, de tal forma que acarretam prejuízos desde a sua capacidade produtiva, até a relação com colegas de trabalho, família e amigos.

Além desses fatores, Diehl e Marin (2016) relatam que, em qualquer nível de ensino e instituição que atue, o envolvimento emocional com problemas de alunos e a exigência de qualificação e desempenho também são desencadeadores de adoecimento.

À medida que o mercado busca por profissionais mais flexíveis às mudanças, há a desvalorização do ensino e do professor, pois este se depara assumindo funções cada vez mais adversas à sua formação. Como consequências há a sobrecarga física e emocional, além da culpabilização pelo evidente fracasso escolar, já que, enquanto a valorização dos professores diminui, cresce a cobrança para que a escola cumpra funções antes legadas a outras instituições sociais, como a família (Tostes *et. al.*, 2018).

O fazer docente é afetado pelo sofrimento gerado por consideráveis e frequentes situações advindas do ambiente escolar: cobranças desmedidas, condições de trabalho, desrespeito e tantas outras circunstâncias que ocorrem com regularidade que tendem a cair no patamar da normalidade. Timm, Mosquera e Stobäus (2010) *apud* Ribeiro, Martins, Mossine (2012) apontam que tais vicissitudes se apresentam com tanta frequência que correm o risco de se banalizarem, perdendo-se a real importância no contexto educacional.

Os autores supracitados refletem que é de suma importância o desenvolvimento do autocuidado diante da rotina árdua que os professores assumem em relação aos alunos, pais, colegas e instituição às quais estão ligados, uma vez que as circunstâncias laborais se apresentam extremamente propícias para o desenvolvimento de patologias físicas ou mentais. Incontáveis são os fatores que desencadeiam tais frustrações e sofrimentos.

Em um artigo divulgado no ano de 2020 na Revista Educação Pública, com objetivo de identificar os principais sinais e tipos de adoecimentos mentais em professores brasileiros da educação básica e seus fatores associados, apontados em estudos dos últimos 10 anos, os pesquisadores Nascimento e Seixas realizaram uma revisão sistemática selecionando 25 artigos, os quais constataram que:

Os principais tipos de adoecimentos apontados pelas pesquisas são depressão, em sete estudos, (28%), ansiedade, em cinco estudos, (20%), e alto nível de estresse, em cinco estudos (20%) a síndrome de burnout, em quatro estudos, (16%). Dois estudos (8%) se dedicaram a avaliar as dimensões de esgotamento emocional, despersonalização e desrealização profissional, dimensões da síndrome de burnout. (Nascimento; Seixas, 2020, p.8).

Essas informações deixam evidentes que os problemas e desafios pelos quais cotidianamente os professores vivenciam, acarretam sofrimento e como consequência o adoecimento físico e mental por parte de um número significativo de profissionais.

4.1.1 As condições de trabalho

Dejours (1987) *apud* Souza (2019), diz que as condições do trabalho consistem naqueles elementos que compõem os ambientes físico, químico e biológico, envolvendo as condições de higiene, segurança, e características antropométricas. Esses fatores se não forem adequados, incidem pontualmente sobre o corpo do trabalhador, contribuindo para dificultar ainda mais o desenvolvimento das atividades, gerando, dessa forma, uma carga emocional de desconforto e frustração.

Em pesquisa realizada no município de Congonhas – MG, cujo objetivo foi descrever e analisar os aspectos de uma escola municipal e sua relação com as manifestações de sofrimento ou de adoecimento dos docentes que ali atuam, Souza (2019) constatou que os recursos disponibilizados aos professores são escassos, forçando-os a recorrerem ao seu próprio salário para obter itens básicos, como folhas e fotocópias. A não disponibilidade de materiais básicos de ensino limita as atividades dos professores, assim como precariza o trabalho.

Ainda segundo Souza (2019), há também os problemas com vidraças quebradas, equipamento roubado, fechaduras danificadas, quadra com o piso desgastado, vazamentos no telhado, bancos dos pátios quebrados, goteiras, espaços sujos e muitos outros problemas estruturais que acarretam desânimo e desapontamento na prática docente.

As más condições do ambiente de trabalho estão também entre os fatores que contribuem para o adoecimento físico e mental da classe trabalhadora da educação básica. Segundo Nascimento e Seixas (2020), as condições de trabalho estão relacionadas às causas do adoecimento de professores, citando a infraestrutura

inadequada em sala de aula, desconforto térmico, excesso de turmas, ausência de recursos materiais e humanos.

Todos esses aspectos de condições adversas da atividade laboral do professor os expõem de maneira persistente ao estresse. Nesse sentido, ambientes ruidosos, carga horária e excesso de alunos em sala, entre outros aspectos, estão diretamente relacionados às disfonias e à baixa qualidade de vida dos educadores (Pereira *et. al.*, 2014).

Ensinar não é apenas uma atividade de levar conhecimentos ou prover sustento; é, antes de tudo, identidade. Assim, a labuta do professor não se constitui apenas como tarefa cotidiana de seu sustento, mas um papel de importância vital na sua saúde mental.

O trabalho confere um significado à vida do trabalhador e possui a capacidade de integrar a identidade social de cada indivíduo, da qual depende muito de sua autoestima e autoconceito (Nascimento; Seixas, 2020).

O desempenho do professor no campo da educação básica no ensino médio envolve, atualmente, grande contingente de desafios com a implantação do “Novo Ensino Médio” - NEM. Com a reorganização curricular e a inserção de disciplinas que, até então, eram pouco aplicadas, tornou o ofício de ministrar aulas nesse novo formato dependente de melhores condições de trabalho, de maior tempo para elaboração de aulas e adequação dos meios de ensino, a fim de que haja um preparo ideal para atuar de maneira segura junto aos alunos.

5 ALGUNS FATORES DESENCADEADORES DE SOFRIMENTO

No decorrer desta pesquisa percebe-se que o labor docente aparece em diversos estudos como desencadeador de doenças devido a agentes estressores pelos quais a classe está inserida. Embora seja, segundo Lopes (2023, p. 2) “fonte de satisfação e realização pessoal”, o trabalho do docente é também desencadeador de frustrações e ansiedade, chegando a prejudicar o desempenho no trabalho e na saúde mental.

No contexto escolar, o professor vive situações complexas que exige tomada de atitudes muitas vezes imediatas, já que está envolvido com pessoas que apresentam necessidades distintas. Assim sendo, Lopes (2023) esclarece que esses trabalhadores estão inseridos em contextos marcados por condições sociais e econômicas únicas, além de serem influenciados por políticas públicas educacionais que afetam diretamente o exercício profissional.

De acordo com Da Costa (2022, p.5) “as atribuições docentes ultrapassam qualquer competência que este deva ter para exercício de sua função”. A autora é enfática quando deixa claro que, em muitos casos, este profissional trabalha exaustivamente para pôr em prática propostas curriculares e pedagógicas educacionais que nem sequer recebem subsídios necessários, nem as condições para se cumprirem.

A prática profissional do professor está repleta de outras situações estressantes, como o acúmulo de cobranças as quais não fazem parte das funções que lhes competem no exercício da profissão. Acerca do tema, Da Costa (2022) explica que quando se fala da prática docente, o ideal passa longe e as expectativas se manifestam de forma frustrada, trazendo desconforto tanto profissional quanto pessoal.

Quando o assunto é desconforto pessoal, há uma tênue linha entre a profissional, já que, por diversas vezes, preparação de aulas, correção de provas, preenchimento de diários e outras atividades são realizadas no recinto do lar. Em comentários no que concerne mais essa inquietação que recai sobre o professor, a pesquisadora Da Costa (2022) atesta que o trabalho docente muitas das vezes acaba expandindo-se aos lares, fazendo com que o professor exerça sua função em tempo integral, sem ganho remunerado, uma vez que sempre há trabalhos e prazos para cumprir.

Atentando-se para as evoluções que desencadearam toda mudança histórica na educação escolar, especificamente do ensino médio, identifica-se o quanto a atividade do professor é desvalorizada e não levada em conta na hora dessas alterações, pois as determinações e demandas vão sendo cobradas sem que haja um preparo prévio. Da Costa (2022, p. 4) infere que os professores sequer possuem oportunidades de reconhecer essas transformações para exercer suas funções, caso esse evidenciado com a BNCC, instituída em 2017, bem como a Lei do Novo Ensino Médio (Lei n. 13.415/2017).

Além de todos os desafios elencados como desencadeadores de desconforto e sofrimento, há o fator pós-pandemia, que mudou drasticamente as relações sociais e trouxe impactos na prática e saúde do docente, principalmente da rede pública, ainda que tenha passado o período de afastamento físico por causa do vírus.

Pontes e Rostas (2020) compreendem que esses “novos” modos de vida têm provocado instabilidade emocional e psicológica. Essas instabilidades deixam os professores vulneráveis e propensos a desenvolver doenças múltiplas, impactados pelo nível de motivação e desenvolvimento teórico-prático da ação profissional, compondo uma desvalorização da autoestima e despersonalização da identidade docente.

5.1 O LUGAR DA PSICOLOGIA

A saúde mental está diretamente ligada ao modo como o indivíduo vivencia os desafios e transformações pelos quais cotidianamente está exposto, assim como a maneira de perceber sofrimentos e emoções. No caso do professor, as atribuições e o ambiente têm afetado diretamente a saúde desse profissional, principalmente a mental.

Sá e Soares (2022) descrevem saúde mental como o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional, incluindo a “capacidade de apreciar a vida e procurar um equilíbrio entre as atividades e os esforços para atingir a resiliência psicológica”.

Faz-se necessário aumentar reflexões sobre a temática junto à comunidade escolar e a sociedade de modo geral; para tanto, é imprescindível a presença da psicologia nessas discussões, principalmente com os professores que estão imersos em condições de estresse e adoecimento.

Luz e Kaefer (2022) falam da importância da psicologia nessas intervenções, já que ela poderá ser a porta de entrada para a escuta qualificada, mediando situações através de um trabalho que envolve técnicas, metodologias, abordagem teórica e, também, criatividade.

As autoras acima citadas esclarecem que uma prática eficiente da psicologia há de levar em conta e analisar a escola como um todo, incluindo o meio social, já que dessa forma o psicólogo amplia o seu olhar, favorecendo suas ações para combate ao adoecimento e promoção da saúde mental dos docentes e da comunidade escolar. Além disso, dizem que é fundamental uma intervenção que considere fatores como carga psíquica e limitações estruturais, visando o aperfeiçoamento das relações de trabalho do professor (Luz; Kaefer, 2022).

Dejours (1992) *apud* Luz e Kaefer (2022) recomenda a criação de espaços de discussão em que os trabalhadores possam expressar seus sentimentos relacionados ao contexto profissional, responsável por inúmeros prazeres e sofrimentos. Para ele, essa “psicodinâmica possibilita uma compreensão contemporânea da subjetividade no trabalho variando as diferentes formas de manifestação do sofrimento conforme o tipo de organização - quanto mais rígida, menos possibilidades há de o sujeito manifestar-se” (Dejours, 1992, *apud* Luz; Kaefer, 2022).

Em se tratando da classe docente, para Assunção *et.al.* (2022) utilizar o autocuidado como estratégia na rotina dos professores é uma forma de prevenir danos à

saúde mental e promover a melhora na qualidade de vida. Sintetizando, “autocuidado são ações significativas ao sujeito, que as executam no dia a dia com intuito de promover saúde e bem-estar” (Assunção *et.al.*,2022).

Sá e Soares (2022) mostram a necessidade de restabelecer o vínculo afetivo e emocional do corpo docente com a sua profissão e deixam evidente a relevância dos aspectos econômicos, contudo, a percepção de segurança no ambiente de trabalho, respeito das famílias dos alunos e da própria comunidade escolar, e ainda, disponibilidade de materiais, são medidas simples que auxiliam na elevação da autoestima do trabalhador e poderão de recolocá-lo no equilíbrio, imprescindível para mudar a sua história e a história de um país.

6 CONCLUSÃO

Evidenciou-se nesta pesquisa bibliográfica que o professor do ensino médio da rede pública passa por momentos impactantes e desafiadores com as transformações oriundas da implantação do Novo Ensino Médio, sobretudo porque foi algo pouco discutido com a classe. Como se não bastassem essas mudanças estruturais e organizacionais, o pós-covid aumentou a pressão à classe por conta do fraco desempenho dos alunos na aprendizagem e no engajamento nas demandas escolares.

Além do que já foi mencionado como condições adversas à prática docente, a escassez de material, problemas nas estruturas físicas das escolas e o alto nível de exigências têm gerado adoecimento e sofrimento aos professores. Nascimento e Seixas (2020) dizem que a sociedade, a escola e o Estado lançam sobre o professor a responsabilidade quanto à formação de crianças e adolescentes, sem atentar para a influência que as condições de trabalho possuem em sua saúde mental.

O presente trabalho buscou refletir acerca do adoecimento mental do professor e de que maneira a psicologia poderia contribuir no acolhimento das angústias vivenciadas pela classe docente, atuando como fator de proteção contra adoecimento.

Percebeu-se que a psicologia é uma ferramenta indispensável no ambiente escolar, atuando como apoio para os professores na promoção de saúde mental, através da escuta qualificada, técnicas, metodologias, abordagens, intervenções estas que devem levar em conta o cenário em que a comunidade escolar está inserida.

Ao concluir este estudo sobre adoecimento mental dos professores do ensino médio da rede pública a autora concorda com Sousa (2019) ao trazer a sobrecarga de

trabalho como elemento favorável ao adoecimento, uma vez que questões importantes como lazer, atividades físicas e formação são deixadas de lado devido à falta de tempo.

Portanto, essas pontuações mostram a experiência pessoal da autora deste estudo em relação ao contexto escolar do ensino médio da rede pública e o quanto a rotina estressante impacta a saúde física e mental. É fundamental que se abra o debate com a sociedade em geral com essa temática e que sejam aprofundados em futuros estudos, com a finalidade de proporcionar entendimento e pensar soluções adequadas para que o professor desenvolva seu trabalho de forma digna e mentalmente sã.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. T. de A.; SILVA, S. A. da; JUCÁ, S. C. S.. O percurso histórico do ensino médio brasileiro (1837-2017). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 17, p. 137-155, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/download/45994/pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

ASSUNÇÃO, Karina Martinez; GONÇALVES, Susanne Souza; MOTA, Luciana de Almeida Pedroza; BATISTA, Sharon da Silva. **Saúde mental de professores: o autocuidado como estratégia de enfrentamento às múltiplas jornadas**. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/23013>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

BARBOSA, F. S. B. V.; SILVA NETO, R. C. da. Os desafios do novo ensino médio para a educação. **ETS EDUCARE - Revista de Educação e Ensino**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 46–71, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8241925.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

CÁSSIO, F.; GOULART, D. C. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 285–293, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620>. Acesso em: 18 nov. 2023.

COSTA, Luana Rafaela da Silva; SILVA, Geiferson Bonfim da. Breve histórico da profissão docente. **Anais VI CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/59469>. Acesso em: 21 set. 2023.

COSTA, W. M. M. da. O adoecimento dos docentes: perspectivas do cotidiano pessoal e profissional uma breve revisão de literatura. **Scientia Generalis**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 287–295, 2022. Disponível em:

<https://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/409>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CRUZ, Roberto Moraes; LEMOS, Jadir Camargo. Atividade docente, condições de trabalho e processo de saúde. **Motrivivência**, v. 17, n. 24, p. 59-80, jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/742/3887>. Acesso em: 24 abr. 2023.

FARIAS, P. A. M. de; MARTIN, A. L. de A. R.; CRISTO, C. S.. Aprendizagem ativa na educação em saúde: percurso histórico e aplicações. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 39, n. 1, p. 143–150, jan. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v39n1e00602014>.

FRANCISCO B. C.; UGGIONI, E.; MADEIRA, C.. Avaliação da percepção dos professores de escolas estaduais pertencentes à coordenadoria regional de educação de Criciúma sobre o novo ensino médio. **Perspectiva**, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 1–18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2023.e94172>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/94172>. Acesso em: 3 nov. 2023.

FREITAS, Lêda Gonçalves de. **Saúde e processo de adoecimento no trabalho dos professores em ambiente virtual**. 235 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6489>. Acesso em: 20 abr. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIORDANO, Cassio Cristiano. Desafios do Novo Ensino Médio. **Educação Matemática em Revista**, v. 28, n. 78, p. 186-190, 31 mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.37001/emr.v28i78.3319>.

KOSSAK, A.; VIEIRA, N. Atuação do empresariado no novo ensino médio. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 01-26, 22 jul. 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53520>

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>. Acesso em: 12 set. 2023.

LIMA, R. R.. Formação de professores/as para as competências socioemocionais: a psicologia educacional no contexto da BNCC e o novo ensino médio. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, [S. l.], p. 43–55, 2023. DOI: [10.18764/2447-6498.v9n1.2023.4](https://doi.org/10.18764/2447-6498.v9n1.2023.4). Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/22014>. Acesso em: 4 nov. 2023.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.

LUZ, D. A. de M. da.; LISBÔA, C. O. K.. A saúde mental dos professores da rede pública que atuam no ensino médio: uma contribuição do fazer da psicologia. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, [S. l.], v. 14, n. 41, p. 19–37, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/71246>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MOREIRA, Daniela Zanoni; RODRIGUES, Maria Beatriz. Saúde mental e trabalho docente. **Estud. psicol.**, Natal, v. 23, n. 3, p. 236-247, set. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 abr. 2023.

NASCIMENTO, Kelen Braga do; SEIXAS, Carlos Eduardo. O adoecimento do professor da Educação Básica no Brasil: apontamentos da última década de pesquisas. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 36, 22 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/36/josepho-adoecimento-do-professor-da-educacao-basica-no-brasil-apontamentos-da-ultima-decada-de-pesquisas>. Acesso em: 23 set. 2023.

NASCIMENTO, Thaíssy dos Santos. **Competências emocionais, alterações de humor e crenças de eficácia em professores do ensino público**. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia Cognitiva) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/46863>. Acesso em 02 nov. 2023.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011. 72 p. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

PEREIRA, É. F.; TEIXEIRA, C. S.; ANDRADE, R. D.; BLEYER, F. T. S.; LOPES, A. S. Associação entre o perfil de ambiente e condições de trabalho com a percepção de saúde e qualidade de vida em professores de educação básica. **Cad. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v.22, nº 2, p. 113-119, 2014.

PONTES, F. R.; ROSTAS, M. H. S. G. Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. **Revista Thema, Pelotas**, v. 18, n. ESPECIAL, p. 278–300, 2020. DOI: 10.15536/thema.V18.Especial.2020.278-300.1923. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1923>. Acesso em: 12 nov. 2023.

QUEIROZ, Cintia Marques *et al.* Evolução do Ensino Médio no Brasil. **Anais do Simpósio Internacional "O Estado e as políticas educacionais no tempo presente"**, 5., 2009, Uberlândia. Uberlândia: UFU, 2009. p. 1-15. Disponível em: <http://www.simpósioestadopolíticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EP07.pdf>. Acesso em: 03 out. 2023.

RIBEIRO, S. F. R. Intervenção em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental: Ênfase na Saúde Mental do Professor. **Revista Subjetividades**, [S. l.], v. 12, n. 3-4, p.

905–924, 2016. Disponível em: <<https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/5073>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

ROTHER, E. T. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2023.

SÁ, R. C.; SOARES DA SILVA, J.. Saúde mental importa: promovendo estratégias de preservação com professores da educação básica na pandemia. **Epistemologia e Práxis Educativa - EPEDuc**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/2982>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SANTOS, Rulian Rocha dos. Breve histórico do ensino médio no Brasil. **Seminário Cultura e Política na Primeira República: Campanha Civilista na Bahia**. UESC. 2010. Disponível em <http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/rulianrocha.pdf>. Acesso em: 07 out. 2023.

SCHORN, G. T.; MEYER, K. P.; BOLZAN, D. B.; LEMKE, C. E.; GOLDMEYER, M. C. Saúde emocional do corpo docente. **Revista Acadêmica Licencia&acturas**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 124–126, 2022. DOI: <https://doi.org/10.55602/rlic.v10i2.264>. Disponível em: <https://ws2.institutoivoti.com.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/view/264>. Acesso em: 3 nov. 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA, F. V. P. Adoecimento mental e o trabalho do professor: um estudo de caso na rede pública de ensino. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 103-117, 2018. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v21i2p103-117. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/146374>. Acesso em: 23 set. 2023.

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos; BARCA, Ana Paula de Araújo. O professor na perspectiva de Vigotski: uma concepção para orientar a formação de professores. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**. Canoas, v. 24, n. 1, 2019. Disponível em <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/4584>. Acesso em: 24 abr. 2023.

TONIETO, C.; FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B.; BUKOWSKI, C.; BELLENZIER, C. S. Os professores diante do novo ensino médio: relações externas de mudança e trabalho docente. **Educação**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. e62/1–27, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644469995>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/69995>. Acesso em: 3 out. 2023.

TOSTES, M. V. *et al.*. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 116, p. 87–99, jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811607>